

Decreto suspende exploração do mogno

Medida provisória proíbe expansão de áreas agrícolas em regiões já desmatadas

por Renata Veríssimo
de Brasília

O governo anunciou ontem um pacote de medidas para conter o desmatamento da região da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Pará, Roraima, Amapá, Mato Grosso e parte de Tocantins, Goiás e Maranhão) e divulgou os últimos dados sobre o desmatamento na região. Na avaliação do ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, a floresta amazônica é vítima de uma "delinquência econômica".

Nesse sentido, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem decreto suspendendo as autorizações e concessões para exploração de mogno e vitória na região amazônica durante dois anos. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama irão realizar no prazo de

sessenta dias uma revisão das autorizações e concessões em vigor, no sentido de identificar e cancelar aquelas que estão trabalhando de forma irregular.

Na avaliação do diretor de Estudos de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Antônio Carlos do Prado, a medida deve elevar o preço do mogno no mercado externo, mas principalmente no mercado interno. Segundo ele, os impactos devem ser sentidos em 1997. O Brasil exporta 40% da produção. Os principais importadores são a Inglaterra e os EUA. Em 1994, foram exportados 97.699 metros cúbicos de mogno.

Fernando Henrique também assinou Medida Provisória (MP) alterando o Código Florestal, ampliando a Reserva Legal, no mínimo, de 50% para 80% de

Documentação

GM

26-28/196 Pg A-4

192

cada propriedade rural da região amazônica, constituída de vegetação típica, onde não será permitido o corte raso. A MP proíbe ainda a expansão da conversão de áreas florestais nativas em áreas agrícolas nas propriedades rurais da região que já possuam áreas desmatadas, que estejam abandonadas ou subutilizadas.

Os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), anunciados ontem no Palácio do Planalto pelos ministros do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores, mostram um aumento da taxa de desflorestamento de 11.130

quilômetros quadrados em 1991 para 14.986 quilômetros quadrados no biênio 1993/1994. Os estados onde houve um maior crescimento foram Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Nos demais estados houve queda dos níveis anuais de desflorestamento. Os dados sobre o desmatamento na região no ano passado só serão concluídos neste segundo semestre.

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, considera o aumento ainda "suave, discreto", mas preocupante. Lampreia informou que as medidas fazem parte do esforço brasileiro para cumprir os compromissos assumidos na Conferência Mundial do Meio Ambiente - ECO 92 -, mas cobrou do G-7, grupo dos países desenvolvidos, a contrapartida prometida, de dar apoio financeiro e tecnológico.

Segundo ele, de US\$ 1,5 bilhão prometido pelo G-7, apenas US\$ 20 milhões chegaram ao Brasil. "Só veio uma gota

d'água", disse. "Não estamos buscando culpados internacionais nem tentando justificar as ações do governo, mas há uma carência de cooperação internacional para que os compromissos possam se materializar", reclamou.

As medidas de controle ao desmatamento também incluem um programa de controle e fiscalização ambiental, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ibama, órgãos estaduais, polícias Federal, Rodoviária e florestais, Receita Federal, Incra, Funai, Emater, Ministério Público e Forças Armadas. O ministério já dispõe de



Luiz Felipe Lampreia

R\$ 6 milhões para este ano.

Também estão programadas ações de monitoramento por satélites. Será feito um levantamento anual de toda a extensão da Amazônia Legal, com maior nível de detalhes para as áreas mais críticas. As atividades de monitoramento estão orçadas em R\$ 4 milhões, para 1996 e 1997. O Programa Espacial Brasileiro ainda prevê a construção e lançamento de satélites que vão aumentar a frequência com que é feita a cobertura da área. Para esse programa, o Ministério da Ciência e Tecnologia terá R\$ 9 milhões.

Segundo o presidente do Inpe, Márcio Barbosa, esses projetos são um "pré-Sivam" (Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia). Ele acredita que o Sivam trará mais eficiência porque permite o cruzamento de informações e o monitoramento de voos na região. O Sivam, porém, envolve recursos muito maiores, da ordem de R\$ 1,4 bilhão.